

**RECLAMAÇÃO Nº 39.907 - SP (2020/0070205-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECLAMANTE** : **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**  
**ADVOGADOS** : **ALBERTO MARCIO DE CARVALHO - SP299332**  
                  **ANDRESSA LILIAN PIRES ALEMÃO - SP361423**  
**RECLAMADO** : **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE**  
                  **SÃO PAULO**  
**INTERES.** : **MONAH ALI MOURAD DAHOUK**  
**ADVOGADO** : **DOUGLAS FAQUIM AGOSTINHO - MG135542**

**EMENTA**

JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS. RECLAMAÇÕES AJUIZADAS CONTRA ACÓRDÃOS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. JULGAMENTO QUE DEVERÁ SER REALIZADO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, POR SUAS CÂMARAS REUNIDAS OU SEÇÕES ESPECIALIZADAS, CONFORME DECIDIDO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ NA QUESTÃO DE ORDEM NO AGRG NA RCL N. 18.506/SP. ORIENTAÇÃO MATERIALIZADA COM A EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO STJ/GP N. 3, PUBLICADA EM 8/4/2016. PERMANÊNCIA NO STJ APENAS DAS RECLAMAÇÕES QUE JÁ HAVIAM SIDO DISTRIBUÍDAS.

Reclamação não conhecida, ordenado o seu encaminhamento ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

**DECISÃO**

Cuida-se de reclamação contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial do Estado de São Paulo, no julgamento do Recurso Inominado n. 0013572-59.2019.8.26.0001.

Do que se extrai dos autos, a reclamação foi distribuída neste Tribunal em 18/3/2020 (e-STJ, fl. 621).

Ocorre que a Corte Especial, na sessão realizada em 6/4/2016, concluiu o julgamento da Questão de Ordem no AgRg na Rcl n. 18.506/SP, tendo deliberado que "cabará às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de

# *Superior Tribunal de Justiça*

competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes".

Para materializar essa decisão, foi editada a Resolução STJ/GP n. 3, que expressamente dispôs caber ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento das reclamações que lhe foram distribuídas anteriormente a sua publicação, ocorrida em 8/4/2016.

Constatado que a distribuição deste reclamo ocorreu após a publicação da Resolução STJ/GP n. 3/2016, necessário se faz, a fim de que não haja prejuízo para a reclamante, o seu encaminhamento ao tribunal doravante competente para o julgamento.

Ante o exposto, não conheço da reclamação.

Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator